

Ao  
Banco Central do Brasil

### **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 e IN BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022

**VIA CAPITAL SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A**, CNPJ /MF nº 48.632.754/0001-90, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, pelo Diretor Responsável pela Contabilidade, abaixo assinado, apresenta por meio desta, as Demonstrações Financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2024, e os esclarecimentos requeridos por força da Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- a. Relatório da Administração;
- b. Relatório dos Auditores Independentes;
- c. Balanço Patrimonial;
- d. Demonstração de Resultado;
- e. Demonstração do Resultado Abrangente;
- f. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- g. Demonstração de Fluxos de Caixa – Método Indireto; e
- h. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

2. Por último cumpre salientar que a administração da **VIA CAPITAL SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livre de distorções.

Belo Horizonte/MG, 21 de março de 2025.

**Nijni Yuri Carvalho Farias**  
Diretor Responsável pela Contabilidade

**Thais Montanha Zaizech Cardoso**  
Contadora CRC SP-264817/O-0

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### **Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024, da VIA CAPITAL SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A (“Via Capital SCD” ou “Instituição”), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

A Instituição foi autorizada pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) em 17 de outubro de 2022, conforme Ofício 26.949/2022-BCB/Deorf/GTBHO e publicação no Diário Oficial (“DOU”) desta mesma data, edição 197, seção 3, página 143 e encontra-se em fase de implementação de soluções e controles, devendo iniciar suas atividades no quarto trimestre de 2023.

---

+55 (31) 2516-8696  
+55 (31) 99684-3005

Avenida Bernardo Monteiro,  
1557/ 5º Andar - Funcionários Belo Horizonte/MG CEP:30150-288

[grupoviacapital.com](http://grupoviacapital.com)

**Via Capital Sociedade de Crédito Direto S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL (INDIVIDUAL)**  
em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(em milhares de Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>nota</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/23</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b><u>7.490</u></b>	<b><u>1.428</u></b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b><u>7.490</u></b>	<b><u>1.428</u></b>
Disponibilidades	4	3.310	2
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	5	<u>2.002</u>	<u>1.411</u>
<i>Livres</i>		<u>2.002</u>	<u>1.411</u>
<i>Letras Financeiras do Tesouro</i>		2.002	1.411
Operações de Crédito	6	1.667	-
Outros Créditos		511	16
<b>PASSIVO</b>		<b>31/12/24</b>	<b>31/12/23</b>
<b>PASSIVO TOTAL e PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b><u>7.490</u></b>	<b><u>1.428</u></b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b><u>5.826</u></b>	<b><u>40</u></b>
Obrigações Sociais e Estatutárias		10	10
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		442	2
Outras obrigações	7	5.374	28
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	8	<b><u>1.664</u></b>	<b><u>1.388</u></b>
Capital Social		1.500	1.500
Reservas de Lucros		164	(112)

+55 (31) 2516-8696  
+55 (31) 99684-3005

Avenida Bernardo Monteiro,  
1557/5º Andar - Funcionários Belo Horizonte/MG CEP:30150-288

[grupoviacapital.com](http://grupoviacapital.com)

**Via Capital Sociedade de Crédito Direto S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS (INDIVIDUAL)**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.  
(em milhares de Reais)

<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO</b>	<b>nota</b>	<b>2º Semestre 2024</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/23</b>
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	10	<b>9.534</b>	<b>9.610</b>	<b>125</b>
Rendas De Operações De Crédito		9.407	9.407	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		127	203	125
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	11	<b>(8.529)</b>	<b>(8.529)</b>	<b>(3)</b>
Despesas De Operações De Crédito		(8.194)	(8.194)	(3)
Custos De Operações De Crédito		(335)	(335)	
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.005</b>	<b>1.081</b>	<b>122</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(663)</b>	<b>(747)</b>	<b>(284)</b>
Despesas tributárias		(550)	(554)	(6)
Despesas administrativas		(100)	(180)	(279)
Despesas Financeiras		(13)	(13)	
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>342</b>	<b>334</b>	<b>(162)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		-	-	
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>342</b>	<b>334</b>	<b>(162)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(58)</b>	<b>(58)</b>	<b>0</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		(58)	(58)	
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>284</b>	<b>276</b>	<b>(162)</b>
Lucro/(Prejuízo) por ação - 1.500.000		0,189333	0,184000	(0,00011)

Via Capital Sociedade de Crédito Direto S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES (INDIVIDUAL)**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.  
(em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2º Semestre 2024	31/12/24	31/12/23
Resultado Líquido do Período	284	276	(162)
Resultado Abrangente do Período	284	276	(162)

+55 (31) 2516-8696

+55 (31) 99684-3005

Avenida Bernardo Monteiro,  
1557/ 5º Andar - Funcionários Belo Horizonte/MG CEP:30150-288

[grupoviacapital.com](http://grupoviacapital.com)

Via Capital Sociedade de Crédito Direto S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO (INDIVIDUAL)**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(em milhares de Reais)

<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto</b>	<b>2º Semestre 2024</b>	<b>Exercício 2024</b>	<b>Exercício 2023</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	284	276	(162)
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	(632)	(591)	(303)
Operações de Crédito	(1.657)	(1.667)	
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	441	440	2
Outros Créditos	(483)	(495)	(12)
Outras Obrigações	5.353	5.345	(22)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b><u>3.306</u></b>	<b><u>3.308</u></b>	<b><u>(498)</u></b>
<b>Caixa líquido gerado/(utilizado) pelas atividades operacionais</b>	<b><u>3.306</u></b>	<b><u>3.308</u></b>	<b><u>(498)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Capital integralizado	-	-	500
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>500</u></b>
<b>Caixa e equivalentes a caixa no começo do período</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes a caixa no fim do período</b>	<b>3.310</b>	<b>3.310</b>	<b>2</b>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes a caixa Fonte</b>	<b>3.306</b>	<b>3.308</b>	<b>2</b>

+55 (31) 2516-8696

+55 (31) 99684-3005

Avenida Bernardo Monteiro,  
1557/ 5º Andar - Funcionários Belo Horizonte/MG CEP:30150-288

[grupoviacapital.com](http://grupoviacapital.com)

**Via Capital Sociedade de Crédito Direto S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (INDIVIDUAL)**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(em milhares de Reais)

Mutações do Patrimônio Líquido	Capital	Capital a Realizar	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>	<b>1.500</b>		<b>3</b>	-	<b>(122)</b>	<b>1.380</b>
Lucro/(prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	284	<b>284</b>
Constituição de reserva legal		-	14		(14)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.500</b>	-	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>148</b>	<b>1.664</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.500</b>	<b>(500)</b>	<b>3</b>	<b>48</b>	-	<b>1.051</b>
Integralização de capital		500				<b>500</b>
Lucro/(prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	(162)	<b>(162)</b>
Reservas de Lucros		-	-	(48)	48	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.500</b>	-	<b>3</b>	<b>(0)</b>	<b>(114)</b>	<b>1.388</b>
Lucro/(prejuízo) líquido do período	-	-	-		276	<b>276</b>
Constituição de reserva legal		-	14		(14)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.500</b>	-	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>148</b>	<b>1.664</b>

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A VIA CAPITAL – SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, (“Via Capital SCD” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída com prazo de duração indeterminado, que tem como objeto social: (i) operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) análise de crédito para terceiros; (iii) cobrança de crédito de terceiros; e (iv) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com operações mencionadas no item “(i)” por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); de acordo com as disposições na Resolução CMN nº 4.656, de 26 de abril de 2018 e alterações posteriores, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Em 17 de outubro de 2022 o Banco Central do Brasil (“BACEN”) por meio do Ofício 26.949/2022-BCB/Deorf/GTBHO e publicação no Diário Oficial (“DOU”) desta mesma data, edição 197, seção 3, página 143, aprovou a autorização para funcionamento.

Em 23 de julho de 2024 foi celebrado o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual a Celcoin Instituição de Pagamento S.A. adquiriu 749.850 ações de emissão da Via Capital SCD S.A., o que representa 49,99% do capital social da Companhia. Até a presente data, o processo de aquisição está em análise para aprovação do Banco Central do Brasil.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Via Capital SCD são de responsabilidade da diretoria e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) e apresentadas de acordo com o requerido pelo Bacen para fins de demonstrações financeiras e com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (BACEN), substanciadas no Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) em conformidade com a Resolução BCB 02/2020 e alterações posteriores.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo Bacen até a presente data. Desta forma, na elaboração das demonstrações financeiras da Via Capital SCD, foram adotados os seguintes pronunciamentos, devidamente homologados pelo Bacen:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 - Evento Subsequente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 41 – Resultado por Ação
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente



Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução nº4.966/21, que estabelece novos conceitos e critérios contábeis para instrumentos financeiros e contabilidade de hedge, iniciando processo de convergência de normas contábeis internacionais também para tais instrumentos. Para atendimento aos requerimentos desta norma, a Via Capital SCD elaborou um cronograma de implementação, que contemplou as seguintes etapas:

- Mapeamento de cenário;
- Avaliação de impactos;
- Atualização de processos e políticas
- Testes e homologações
- Período de transição
- Produção operacional

A conclusão das avaliações efetuadas indica não haver impactos contábeis relevantes com a adoção da nova norma.

De acordo com a resolução BCB nº 02/2020 emitida pelo BACEN: (i) os créditos tributários e os impostos diferidos devem ser classificados no realizável a longo prazo e no passivo não circulante; (ii) a apresentação dos ativos e passivos no balanço deve ser em ordem decrescente de liquidez e exigibilidade e (iii) são requeridas a divulgação da demonstração do resultado abrangente e de análises de sensibilidade.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, consideradas nos saldos de provisão para crédito de liquidação duvidosa dos saldos a receber pela prestação de serviços a clientes, mensuração de ativos financeiros mensurados a valor justo, provisão para contingências, mensuração dos planos de pagamento baseado em ações e estimativa de realização do crédito tributário.

A elaboração das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2025.

#### **a. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

#### **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Via Capital SCD. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **3. Resumo das principais políticas contábeis adotadas**

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

#### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

São mantidos em disponibilidades os caixas e os equivalentes de caixa mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim.

A Via Capital SCD classifica como equivalentes de caixa aplicações financeiras relacionadas a recursos próprios que podem ser imediatamente convertidas em caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança em seu valor, e que tenham prazo de vencimento originais de até 90 dias.

### 3.2 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimentos dos papéis, conforme critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

**I. Títulos para negociação:** adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nessa categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento.

**II. Títulos disponíveis para venda:** títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

**III. Títulos mantidos até o vencimento:** títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Instituição possuía apenas títulos classificados na categoria Títulos para negociação. Não houve reclassificações entre categorias para os períodos mencionados.

Quando aplicável, o valor de mercado dos instrumentos financeiros é calculado com base na comparação dos preços de mercado praticados para os mesmos instrumentos financeiros adquiridos pela Via Capital SCD. Sendo assim, na liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes, em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

#### Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo aprovado pela BCB nº 120/2021 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

Nível I – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível II – Inputs incluídos no nível I que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível III – Premissas que não são observadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

### 3.3 Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que consideram análise econômica e riscos envolvidos em relação às operações, aos devedores, aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em níveis de risco (de AA até H). As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independente do seu nível de risco, serão reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H (100% de provisão para perda) permanecerão nesta classificação por seis meses, quando serão baixadas contra a provisão existente, e controladas em conta de compensação, não tendo saldo apresentado então no balanço patrimonial. As operações renegociadas serão mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela diretoria para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos na referida norma.

### 3.4 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a Instituição deve estimar o valor recuperável do ativo, e tal perda deve ser reconhecida na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

### 3.5 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

### 3.6 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Via Capital SCD tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração entende que a realização é praticamente

certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável. Os passivos contingentes são avaliados e classificados levando em consideração o risco de cada passivo.

Quando o risco é considerado possível, os passivos são apenas divulgados na demonstração financeira

dada a incerteza da Instituição ter a obrigação que resulte em saída de recursos. Quando o risco é considerado provável, são reconhecidos como passível nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes. Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza tributária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança, e são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

### **3.7 Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos**

As provisões para o Imposto de Renda e a Contribuição Social são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente à R\$240, para o Imposto de Renda, e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ajustado conforme legislação fiscal.

Os créditos tributários, quando aplicável, são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e nas disposições constantes na legislação tributária brasileira. Somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.

Para registrar e manter contabilmente os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, deve-se seguir a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020, do Banco Central do Brasil.

### **3.8 Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as ações estão classificadas no patrimônio líquido.

### **3.9 Resultado por ação**

O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

### **3.10 Resultado recorrente e não recorrente**

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Não houve resultados não recorrentes nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, com liquidez de até 90 dias, estão descritos a seguir:

<b>Caixa e Equivalentes</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Disponibilidades (a)	3.310	2
	<b>3.310</b>	<b>2</b>

(a) Os saldos de Disponibilidades são representados, principalmente, por depósitos bancários em contas correntes mantidos em instituições financeiras nacionais de primeira linha.

#### 5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

##### (a) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como Mantidos para Negociação, assim representados:

##### Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	<b>31/12/2024</b>		
	Sem Vencimento	Mercado	Valor Contábil
Trust RF Referenciado DI	2.002	2.002	2.002
	<b>2.002</b>	<b>2.002</b>	<b>2.002</b>

##### Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	<b>31/12/2023</b>		
	Sem Vencimento	Mercado	Valor Contábil
Trust RF Referenciado DI	1.411	1.411	1.411
	<b>1.411</b>	<b>1.411</b>	<b>1.411</b>

##### (b) Instrumentos financeiros derivativos

A Via Capital SCD não possui contratos de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

## 6. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a carteira de operações de crédito estava composta da seguinte maneira:

<b>Operações de Crédito</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Empréstimos Pessoa Física	1.667	-
	<b>1.667</b>	<b>-</b>

Trata-se de carteira de operações de crédito de classificação de nível de risco AA, cuja cessão ocorre em até D+3, o que não gera atrasos nos pagamentos.

Considerando que as CCBs são cedidas 100%, não apresentam risco de perda para a Instituição, e portanto, não há constituição de provisão para perda esperada no período.

## 7. Outras obrigações

### a) Diversas

<b>Outras obrigações</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/23</b>
Nota comercial	5.000	
Repasses a efetuar	355	
Outros	19	28
	<b>5.374</b>	<b>28</b>

## 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Capital social: O Capital social é de R\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil reais) e está representado por 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e 66,67% integralizadas por acionistas domiciliados no país.
- A Reserva Legal e a Reserva Estatutária foram constituídas em conformidade ao Estatuto Social.

## 9. Transações com partes relacionadas

- Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 202, os saldos de transações com partes relacionadas estavam assim apresentados:

<b>Partes relacionadas</b>	<b>31/12/2024</b>			
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Receita</b>	<b>Despesa</b>
Celcoin Instituição de Pagamento S.A.	-	5.000	-	0

+55 (31) 2516-8696  
+55 (31) 99684-3005

Avenida Bernardo Monteiro,  
1557/5º Andar - Funcionários Belo Horizonte/MG CEP:30150-288

[grupoviacapital.com](http://grupoviacapital.com)



0	5.000	0	0
---	-------	---	---

- (i) Nota comercial emitida em 04 de outubro de 2024, com data de vencimento em 11 de maio de 2026, tendo como objeto a 1ª emissão de notas comerciais, sem série única, para colocação privada, da Emissora Via Capital Sociedade de crédito direto SA, representativas de promessa de pagamento em dinheiro, de acordo com as características, termos e condições estabelecidos no Termo Constitutivo, nos termos de lei nº 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada a lei 14.195.

Em 2023 não havia transações com partes relacionadas.

## 10. Receitas da intermediação financeira

<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>2º Semestre 2024</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Rendas De Operações De Crédito	9.407	9.407	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	127	203	125
	<b>9.534</b>	<b>9.610</b>	<b>125</b>

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado de operações de crédito foi de R\$ 9.407 (R\$ 0 em 2023), composta majoritariamente pela tarifa de crédito -TC, além de ágio apurado na cessão (venda) das operações de crédito desembolsadas pela Via Capital SCD.

## 11. Despesas de intermediação financeira

<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>2º Semestre 2024</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Despesas De Operações De Crédito	(8.194)	(8.194)	(3)
Custos De Operações De Crédito	(335)	(335)	-
	<b>(8.529)</b>	<b>(8.529)</b>	<b>(3)</b>

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado de despesas com operações de crédito foi de R\$ 8.529 (R\$ 3 em 2023).

A despesa de operação de crédito é composta majoritariamente pelo rebate pago na originação das operações de crédito desembolsadas pela Via Capital SCD.

## 12. Gerenciamento de Riscos

A Via Capital possui a estrutura de gerenciamento de riscos com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos relevantes, compatível com a natureza das

atividades, complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão das exposições que abrangem o risco operacional e de liquidez.

A gestão integrada dos riscos, dentre outros benefícios, proporciona a estabilidade dos resultados financeiros, além de contribuir para a geração de valor e para o alcance dos objetivos da Companhia.

#### a. Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos que impactem na realização dos objetivos da Companhia.

A Via Capital adota o Modelo das Três Linhas do Institute of Internal Auditors (IIA), como parte do processo de gerenciamento de riscos, considerando a seguinte atuação conjunta das áreas: 1ª linha - áreas de negócios responsáveis pela gestão primária dos riscos e controles; 2ª linha - áreas de controle (gerenciamento de riscos, controles internos, compliance e etc.), responsáveis por auxiliar as áreas de negócio no gerenciamento dos riscos, além de realizar o monitoramento dos riscos; e 3ª linha - avaliação periódica e independente da Auditoria Interna.

#### b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de uma instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; ou não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Via Capital possui mecanismos de monitoramento e controles diários a fim de controlar e mitigar a exposição ao risco de liquidez, através da definição de caixa mínimo, percentuais mínimos de liquidez aceitáveis, colchão de liquidez e Política de Liquidez, além do Plano de Contingência de Liquidez, que determina responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez.

#### c. Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: I - não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; II - desvalorização ou redução de remunerações e de ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou do interveniente; III - vantagens concedidas na reestruturação de instrumentos financeiros; IV - custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos; ou V - desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas.

Em virtude do modelo de negócios da instituição, que realiza a cessão de suas operações para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e securitizadoras, a Via Capital apresenta baixo risco de crédito. Ademais, a instituição conta com mecanismos robustos de análise prévia de KYC (Conheça Seu Cliente) e um motor de crédito para a concessão das operações de crédito. A Via Capital também realiza o acompanhamento contínuo das operações sujeitas a risco de crédito, com o objetivo de identificar indícios de deterioração da qualidade creditícia da contraparte e caracterização de ativos problemáticos.

#### d. Gestão de capital

A Via Capital adota a metodologia simplificada para a apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), em conformidade com as exigências normativas estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.606/17, que determina um índice mínimo de 17% para o PRS5. Em 31 de dezembro de

2024, a instituição registrou um patrimônio de referência superior ao mínimo exigido, resultando em um índice de capital de 37,15%

### 13. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

A Resolução CMN nº 4.966/21, e alterações posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciamento de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/01/2025 foram estudadas pela Via Capital SCD, tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Instituição dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos.

A Via Capital SCD realizou simulações durante o segundo semestre de 2024 para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução nº 4.966/21. De acordo com as simulações efetuadas, não se espera um incremento no valor da perda esperadas associadas ao risco de crédito em função da nova metodologia de provisão.

### 14. Eventos subsequentes

Em 17 de janeiro de 2025, a Via Capital SCD recebeu aumento de capital social da Celcoin Instituição de Pagamento S.A., totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, recursos estes utilizados para compra de títulos públicos federais, que estarão vinculados ao processo de aumento de capital social até que seja aprovado pelo Banco Central do Brasil.

**Nijni Yuri Carvalho Farias**  
Diretor Responsável pela Contabilidade

**Thais Montanha Zaizech Cardoso**  
Contadora CRC SP-264817/O-0

\* \* \*

---

+55 (31) 2516-8696  
+55 (31) 99684-3005

Avenida Bernardo Monteiro,  
1557/ 5º Andar - Funcionários Belo Horizonte/MG CEP:30150-288

[grupoviacapital.com](http://grupoviacapital.com)



L

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ilmos. Senhores Diretores e Acionistas da  
**VIA CAPITAL SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **VIA CAPITAL SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **VIA CAPITAL SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. somos independentes em relação à “Sociedade”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da “Sociedade” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às “Sociedade” autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “Sociedade” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Sociedade” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da “Sociedade” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Sociedade”.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Sociedade”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Sociedade” a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025.

**VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC 2SP013744/O-1**

ALCINDO TAKACHI  
ITIKAWA:5300513989

Assinado de forma digital por  
ALCINDO TAKACHI#  
ITIKAWA:53005139891  
Dados: 2025.03.26 11:19:17 -03'00'

1

**ALCINDO TAKACHI ITIKAWA**  
**CONTADOR CRC 1SP088653/O-9**